



## Especialistas veem “receita para o caos” em projeto da mineração

Participantes de audiência afirmaram que o governo federal preparou o projeto de lei sem ouvir o setor envolvido

**N**a primeira audiência organizada pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração — uma das prioridades da Agenda Brasil —, especialistas disseram que um dos erros da proposta em análise na Câmara foi tratar de uma só vez três pontos: questões jurídicas, arrecadação de tributos e criação de uma agência reguladora. Para eles, cada ponto deveria estar num projeto. **3**



O senador Wilder Moraes (C) preside a audiência pública sobre mineração, a primeira das sete programadas pela subcomissão do Senado

Moreira Maniz/Agência Senado

### Comissão sabatina procurador-geral, indicado a permanecer no cargo

A sabatina de Rodrigo Janot, procurador-geral da República, na Comissão de Constituição e Justiça, será amanhã. Na CCJ, Collor

apresentou relatório adicional com várias acusações. Renan disse que pretende votar a mensagem em Plenário também amanhã. **6**



Relatório é pela recondução de Janot, mas expectativa é de muitas perguntas

### Para Nobel de Literatura, racismo hoje se disfarça “sob máscara da religião”

Em audiência no Senado, o nigeriano Wole Soyinka, vencedor do Nobel em 1986, disse que o moralismo religioso é usado como

pretexto para o preconceito racial. Debatedores lembraram ataques recentes a terrenos de umbanda e candomblé no Brasil. **8**



Paim conduz o debate, organizado para homenagear ativista Abdias Nascimento

### Economia, crise e política são temas de vários discursos

Sete senadores ontem discursaram em Plenário sobre recentes acontecimentos políticos, a situação econômica do país e manifestações populares. A redução dos atuais 39 ministérios para 29, parte de um pacote de reforma administrativa anunciada pelo governo, foi um dos temas. **3**

### Debate sobre violência policial aponta impunidade

Convidados de audiência na CPI do Assassinato de Jovens lamentaram a falta de investigação em muitos casos de homicídios cometidos pela polícia no Brasil. A impunidade, afirmaram, aumenta o sofrimento das famílias das vítimas e favorece novas ocorrências de violência policial. **7**

### 19 milhões leem post do Senado no Facebook **2**

### Grupo defende pena mais dura para baloeiros **7**

### Getúlio Vargas será homenageado pelo Congresso **2**



Adolescentes internados no DF, em centro desativado no ano passado: busca de um atendimento mais qualificado

### Estudiosos avaliam medidas socioeducativas

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, de uma proposta sobre a redução da maioria penal aumentou a discussão sobre projetos que preveem punições mais rígidas para os adolescentes que cometerem infrações graves, como homicídio e crimes hediondos. Um deles, do senador José Serra, aumenta

o tempo de internação juvenil nesses casos de três para até dez anos. Mas segundo especialistas, a ideia de que o jovem infrator não é responsabilizado por seus crimes é falsa. As chamadas medidas socioeducativas estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e foram reforçadas em lei de 2012. **4 e 5**

Moreira Maniz/Agência Senado

Genildo Miguez/Agência Senado — 29/10/2014

Genildo Miguez/Agência Senado

# Post do Senado no Facebook é visto por mais de 19 milhões

Postagem da semana passada divulgou projeto que trata da punição de pais que não comparecem às reuniões nos colégios dos filhos. Foi o recorde de visualizações desde que perfil da Casa foi criado

A PÁGINA DO Senado no Facebook alcança cada vez mais repercussão. Teve mais de 650 mil curtidas, 130 mil comentários e 127 mil compartilhamentos um post do dia 19 noticiando que a Comissão de Educação (CE) havia aprovado um projeto de lei que amplia as punições para os pais que não comparecerem às reuniões nas escolas dos filhos (PLS 189/2012).

Segundo a rede social, o post foi exibido para mais de 19 milhões de pessoas — recorde do Senado desde que o perfil no Facebook foi criado, em 2010.

Em 2015, a página do Senado no Facebook mais do que dobrou o número de “curtidas”. Até o fim do ano passado, 277 mil pessoas tinham curtido a página. Ontem, o número passava de 584 mil.

A postagem publicada pelo Senado no Facebook: recorde de visualizações

## Congresso presta homenagem a Getúlio Vargas

O Congresso faz amanhã, a partir das 11h, sessão solene interativa em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, marcando os 61 anos de sua morte. A iniciativa é dos senadores Elmano Férrer (PTB-PI) e Telmário Mota (PDT-RR) e do deputado Paes Landim (PTB-PI). Antes, às 8h30, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência interativa sobre os rumos do trabalhismo de Getúlio. O ministro do Trabalho, Manoel Dias; o presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart; e presidentes de centrais sindicais estão entre os convidados.

Gaúcho de São Borja, Getúlio Dornelles Vargas governou o país em dois períodos: o primeiro, de 1930 até 1945, e o segundo, de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Vargas foi o presidente que governou o Brasil durante mais tempo. Entre 1937 e 1945, instalou um regime ditatorial, conhecido como Estado Novo. Seu governo foi marcado por um período de significativos

investimentos no país e de adoção de direitos trabalhistas.

Mas a resistência de Getúlio em abandonar o autoritarismo, entretanto, provocou o golpe militar que levou à sua queda. Em 1951, voltou à Presidência pelo voto popular.

### Paulo Paim celebra o ex-presidente

Paulo Paim homenageou ontem Getúlio Vargas pelo aniversário de sua morte. Para Paim, Vargas foi responsável pelas maiores conquistas trabalhistas brasileiras. Ele afirmou que Vargas, assim como Brizola e João Goulart, integra parte da história brasileira marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Para o senador, eles fazem falta no momento em que projetos no Congresso ameaçam as conquistas trabalhistas.

— Essas conquistas, alcançadas a duras penas com o sacrifício de grande parte da nossa gente, não foram em vão. E nós não queremos perdê-las.

Pressionado pelos militares contrários à sua gestão, acabou por se suicidar, deixando uma carta em que afirmava “sair da vida para entrar na história”.

Veja abaixo como acompanhar o debate na CDH e participar dele

### Para Telmário, Vargas era um conciliador

Telmário Mota (PDT-RR) também elogiou Getúlio Vargas ontem, em Plenário. Em sua opinião, Vargas era um conciliador e usava muito o diálogo, qualidades que, segundo ele, são essenciais neste momento da história do país.

Para o senador, o governo de Getúlio foi o governo da transformação brasileira, porque, sob sua presidência, foram implantados o Ministério do Trabalho, o IBGE, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a Petrobras, a Vale do Rio Doce, o voto feminino e o voto secreto.



As universidades da Amazônia deverão apresentar às bancadas dos estados da região sugestões de emendas ao projeto de Orçamento da União com o objetivo de fortalecer a pesquisa e a inovação. A decisão foi tomada durante o 2º Fórum de Reitores e Pró-Reitores das Amazônias, realizado ontem, no Senado. O evento, promovido pelo senador João Capiberibe (PSB-AP, 3º à dir.), centrou o debate nas experiências produtivas em andamento no âmbito da megabiodiversidade e da biotecnologia. Os participantes concordaram que é preciso união para vencer os obstáculos comuns.

## Lira comemora os 152 anos de Cajazeiras, sua cidade natal

Raimundo Lira (PMDB-PB) comemorou os 152 anos de sua cidade natal, Cajazeiras, no interior paraibano. O senador hoje é um grande polo universitário, com mais de dez mil estudantes.



dos pais uma pequena escola. O padre, disse, era um homem muito culto, que rapidamente atraiu a atenção das famílias de todo o Nordeste. Assim, a cada novo estudante enviado para estudar no local, o colégio e a localidade cresciam.

Lira contou que o fundador da cidade foi o padre Inácio de Souza Rolim, que, no início de 1800, criou na fazenda

O senador disse ainda que recebeu a Comenda Padre Rolim, entregue anualmente a três cajazeirenses.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CDH Trabalhismo

**8h30** A comissão promove audiência pública interativa para discutir o trabalhismo no Brasil, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, pelos 61 anos de sua morte. Entre os convidados estão representantes do Ministério do Trabalho, do Instituto João Goulart e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

### CCT Mão de obra para a ciência

**9h** Audiência interativa para debater a formação de recursos humanos para a área de ciência e tecnologia, com enfoque no Ciência sem Fronteiras. Entre os convidados, representantes da ONG Rede CSF, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Estadual Paulista.

### CMA Educação ambiental

**9h30** Na pauta da comissão, projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental e o que prevê a livre comercialização de energia elétrica.

### CAE Tecnologia para transportes

**10h** Na pauta, projeto que determina a utilização de aportes tecnológicos no planejamento e na operação do trânsito e nos sistemas de mobilidade urbana e o que define os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido.

### CE Seguro para atletas

**11h** A Comissão de Educação tem reunião deliberativa com 14 itens. Entre eles, projeto que exige a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições e a proposta que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

### CONGRESSO Getúlio Vargas

**11h** O Congresso faz sessão solene para homenagear os 61 anos da morte de Getúlio Vargas.

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS Fórum

**11h30** A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas aprecia requerimentos. Logo depois, faz audiência pública para apresentação do projeto do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

### CMO Emendas parlamentares

**13h** O colegiado de líderes da CMO se reúne para tratar das emendas dos parlamentares em primeiro mandato. Às 14h, audiência com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, sobre prestação de contas do gestor federal do SUS. Logo após, reunião extraordinária.

### CPI DO FUTEBOL Jornalistas

**13h45** A CPI do Futebol ouve os jornalistas Lúcio de Castro, da ESPN, e Rodrigo Mattos, do UOL.

### CPI DO HSBC Swissleaks

**14h** A CPI do HSBC faz reunião por videoconferência com Hervé Falciani, especialista em sistemas de computador que revelou dados do escândalo que ficou conhecido como swissleaks.

### MP 675/2015 CSLL

**14h** Os senadores analisam o relatório da MP 675/2015, que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devida por bancos, seguradoras e administradoras de cartão de crédito.

### PLENÁRIO Repatriação de recursos

**14h** Na pauta, projeto que incentiva a repatriação de recursos não declarados à Receita e mantidos no exterior por brasileiros.

### MP 676/2015 Previdência

**14h30** A comissão que analisa a MP 676/2015, sobre planos de previdência social, analisa o plano de trabalho.

### REFORMA POLÍTICA Código Eleitoral

**15h** A Comissão da Reforma Política aprecia destaques ao substitutivo do projeto que modifica o Código Eleitoral.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211  
**Acompanhe:** • **Portal e-Cidadania:** [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)  
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Debate aponta falhas em projeto sobre mineração

Em audiência, especialistas disseram que questão jurídica, regra de arrecadação de impostos e criação de agência reguladora não poderiam estar numa mesma proposta

## AGENDA BRASIL

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Acompanhamento do Setor de Mineração fez ontem a primeira audiência pública, de uma série de sete, para embasar as discussões sobre um novo marco regulatório para o setor. Os especialistas ouvidos manifestaram preocupação com o projeto em análise, que, segundo eles, não supre as necessidades do setor produtivo.

A reformulação do Código de Mineração é uma das proposições da Agenda Brasil, conjunto de prioridades sugeridas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para contribuir na recuperação da economia. O PL 5.807/2013, do Executivo, que tramita na Câmara, foi considerado inadequado por representantes da indústria mineradora.

— É a receita do caos. Foi gerado no Planalto sem ouvir o setor nem produzir documentos técnicos para embasar as alterações propostas. Promoverá um apagão mineral no país se for aprovado — criticou Elmer Prata Salomão, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral.

Para Salomão, o aspecto que mais prejudica a proposta é o fato de que ela tenta abordar ao mesmo tempo três grandes áreas que deveriam ter projetos específicos: a questão jurídica, as regras da arrecadação e a criação da Agência Nacional de Mineração. Ele disse crer que o acúmulo desses temas tem



O senador Wilder Moraes (C) conduz a audiência pública da Subcomissão Permanente de Mineração

dificultado a criação de um consenso. João César de Freitas Pinheiro, presidente da Federação Brasileira de Geólogos, disse que os profissionais da área estão “desesperançados”. Ele afirmou que faltam planejamento e diálogo entre os setores público e privado.

— Falta planejar e executar uma política mineral madura, que não saia da cabeça de alguns “iluminados”, mas de discussões sérias — disse.

Marcos André Gonçalves, presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira, listou dois problemas que exigem atenção mais imediata: como incentivar o empreendedorismo na área, que é de alto risco, e como criar tecnologias para

descoberta de novas jazidas.

— Antes de começar a mexer tanto no código, temos que trazer essas pendências. A discussão do novo marco veio e postergou toda a questão estrutural.

A configuração jurídica da exploração mineral impõe desafios. Para Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), qualquer transformação estrutural no setor precisa levar em consideração esse enquadramento:

— O sistema que se adotou é que os meios minerais pertencem à União, mas a exploração é feita pelo setor privado. Gerir essa combinação de esforços dos dois lados é um dos maiores problemas.

A lista de gargalos apontados pelos

convidados inclui a infraestrutura de transportes e energia, a legislação ambiental restritiva, a má gestão de recursos, a atração de investimentos, a qualificação de mão de obra, os custos operacionais e a falta de percepção em relação à importância da mineração.

Exemplificando o último ponto, Fernando Mendes Valverde, presidente da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil, disse que prefeituras vêm proibindo a mineração em seus territórios, mas intensificam a compra de recursos minerais de outras localidades.

Os especialistas foram unânimes no apoio à criação da Agência Nacional de Mineração, uma expansão do atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Para eles, o novo órgão pode dar ordenamento ao setor, estimular políticas públicas e reduzir burocracias. No entanto, ressaltaram ser necessário prover o DNPM de uma estrutura que funcione.

— A plataforma está sem recursos para uma simples vistoria de campo. Se a agência for criada sem orçamento, estrutura física e plano de carreira, vamos só trocar a placa — alertou Salomão.

O presidente da subcomissão, Wilder Moraes (DEM-GO), disse que o trabalho do grupo mostra o compromisso do Senado com a mineração. O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), acompanhou o debate.

## Discursos em Plenário focam a situação política e econômica

A redução dos atuais 39 ministérios para 29, anunciada ontem pelo governo, foi um dos temas ligados à situação econômica e política que inspiraram

a maioria dos discursos feitos ontem em Plenário. O corte de ministérios faz parte de um pacote de reforma administrativa apresentado a ministros pela

presidente Dilma Rousseff.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, não apresentou a estimativa da economia do governo com as

medidas, mas disse que a reforma é necessária para a nova realidade orçamentária do país e vai melhorar a produtividade do governo.

### Jorge Viana destaca decisão do governo

Jorge Viana (PT-AC) elogiou o anúncio do governo de que reduzirá o número de ministérios. O senador disse que os cortes vêm em boa hora e lembrou que hoje o país gasta R\$ 900 bilhões ao ano em pessoal, benefícios de assistência social e previdência.

— Temos que tomar atitudes corajosas. Entender que é hora de sacrifício e de dificuldade. Essa atitude do governo é um gesto importante que se dá para a sociedade e para o próprio Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado



### Acir Gurgacz apoia extinção de ministérios

Acir Gurgacz (PDT-RO) saudou a iniciativa de extinguir dez ministérios, anunciada pelo ministro do Planejamento. Para o senador, o anúncio demonstra os esforços do governo para superar a crise. Gurgacz avalia que a extinção é necessária diante da nova realidade orçamentária do país.

— O momento é de unirmos esforços em torno da governabilidade. Precisamos pensar no futuro do Brasil, e não simplesmente nas próximas eleições — ressaltou.

### Gleisi Hoffmann diz que faltou grandeza a FHC

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse não entender o comportamento de Fernando Henrique Cardoso, que, na semana passada, sugeriu a renúncia da presidente Dilma Rousseff. Ela lembrou que as circunstâncias do país em 1999, sob a presidência de FHC, eram iguais ou piores que as de agora.

Isso mostra a falta de grandeza do ex-presidente, disse a senadora.

— Pedir a renúncia da presidente apenas demonstra atitude de vingança.



Jefferson Rudy/Agência Senado



### Para Crivella, não há crise grave no país

Artigo do blog do jornalista Mauro Santayana sobre as manifestações populares foi comentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ). O jornalista compara dados dos últimos governos para mostrar que o país não enfrenta nenhuma grave crise, nem econômica nem política.

— O artigo aponta razões para mantermos a presidenta Dilma e, na negociação política, encontrarmos a solução pacífica das nossas controvérsias — afirmou o senador.

### Cristovam elogia presidente do Itaú Unibanco

A entrevista do presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setúbal, ao jornal *Folha de S.Paulo*, publicada domingo, “é uma das mais lúcidas e conscientes dos problemas que o Brasil enfrenta”, opinou Cristovam Buarque (PDT-DF).

Segundo o senador, Setúbal alertou para a necessidade de reformas, fez análises e mostrou que, no momento, não há motivos para tirar a presidente Dilma Rousseff do poder, e que sua saída traria instabilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado



### Petecão duvida de declarações de Evo Morales

Sérgio Petecão (PSD-AC) protestou contra as ameaças do presidente da Bolívia, Evo Morales, de invadir o Brasil em defesa do mandato da presidente Dilma. Para Petecão, o presidente do país vizinho é um “fanfarrão” que busca “fazer média” com o governo brasileiro em busca de mais dinheiro.

— Aquela dinheirama que ia para esses países a fundo perdido, com juros baixíssimos, acabou. Nosso país está passando por uma crise.

### Ana Amélia critica presidente da Bolívia

Ana Amélia (PP-RS) criticou manifestação do presidente da Bolívia, Evo Morales, dizendo que poderia entrar no Brasil para evitar golpe de estado contra o governo da presidente Dilma.

— Vivemos um momento de plena democracia, com instituições funcionando. Portanto, senhor Evo Morales, não venha se meter no Brasil porque o povo brasileiro e suas instituições estão muito fortes e não precisam de tutela de quem quer que seja.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Um caminho para o Brasil recuperar o jovem infrator

Em meio às discussões sobre a redução da maioridade penal, especialistas cobram maior atenção para as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e reforçadas em lei de 2012

Janaína Araújo

COM A POLÊMICA sobre a redução da maioridade penal e a recente aprovação pelos deputados federais de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o tema, surge como alternativa a aplicação de uma punição mais rígida para os adolescentes que cometerem crimes violentos. Nesse sentido, projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) para aumentar a internação juvenil nesses casos foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. Mas a responsabilização do jovem infrator por meio da aplicação de medidas socioeducativas, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/1990), espera um olhar mais aprofundado da sociedade.

De advertência a internação, os menores de 18 anos — e até os que alcançam os 21 anos — estão sujeitos a sofrer as consequências de atos delituosos numa fase da vida em que os hábitos ainda não estão arraigados e, por isso, podem ser transformados com educação e inclusão social.

A defensora pública do estado de São Paulo Fabiana Botelho Zapata acredita que a responsabilização é pedagógica. Ela avalia que, quando

um adolescente responde pela prática de um ato infracional, tal resposta lhe causa impacto pedagógico-social e ele enfrenta duas ordens de exigência: uma reação punitiva da sociedade e um sistema pensado para trazer-lhe benefícios enquanto pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

— Ao contrário do que muitos pensam, não é um sistema de benesses ao adolescente, mas o ideal de oferecer uma pedagogia voltada à formação da pessoa e do cidadão e colocá-lo não em contato com o seu passado, mas com o seu presente e futuro — defende.

Fabiana afirma que é necessário possibilitar o trabalho pedagógico da medida socioeducativa antes de qualquer debate sobre alteração legislativa acerca do tempo de privação de liberdade ou mesmo sobre a redução da maioridade penal. Membro do Comitê Municipal para Elaboração do Plano Decenal Socioeducativo para a cidade de São Paulo — previsto na Lei 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) —, ela cobra a efetivação do ECA por meio do acompanhamento contínuo do sistema socioeducativo pelos órgãos fiscalizadores da Justiça.

— Contamos agora com importantes instrumentos trazidos pela Lei 12.594, especialmente a elaboração obrigatória dos planos decenais do sistema socioeducativo nas esferas federal, estadual e municipal. Com participação social e daqueles para quem é dirigido, serão documentos para exigir uma política séria, de atendimento qualificado — ressalta.

## Vínculo familiar

O vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Conanda), Carlos Nicodemos, chama a atenção para a excepcionalidade da medida de internação e o esforço a ser feito para que as outras cinco medidas previstas no ECA sejam aplicadas para aumentar o vínculo familiar e comunitário do adolescente infrator e garantir a recuperação. Ao lembrar os 25 anos do estatuto comemorados em 2015 e a Resolução 119/2006 do Conanda, que fundamentou o Sinase, ele ressaltou a importância do estatuto com conselhos de direito e os elementos trazidos pela Lei 12.594.

— O Conanda avalia os avanços alcançados após três anos dessa lei que trouxe indicativos importantes, como a inserção dos adolescentes que cumprem



Antigo centro de atendimento do DF, desativado em 2014: para especialistas, recuperação dos jovens deve buscar o reforço do vínculo com a família e a comunidade

medidas socioeducativas no programa de ensino técnico [Pronatec] e a necessidade de atendimento individualizado ao adolescente e seu núcleo familiar — observa.

O especialista aponta que há um descompasso entre a lei e a realidade, apesar do avanço normativo, e a política não se efetiva nos municípios. Para Nicodemos, é preciso rever a centralidade da política no âmbito federal, inverter a lógica da internação, privilegiando o meio aberto como de maior eficácia para recuperação, e garantir o atendimento individualizado para ressocializar o adolescente.

— Hoje a SDH [Secretaria de Direitos Humanos] se responsabiliza pelas medidas de internação e o Ministério do

Desenvolvimento Social coordena as medidas de meio aberto. É preciso centralizar — defendeu. O promotor de execução de medidas socioeducativas Renato Varalda considera que, após 25 anos de existência, o ECA precisa de algumas alterações para se adequar à realidade. Ainda que a lei do Sinase tenha dado as diretrizes para as medidas socioeducativas, ele avalia que a legislação não foi totalmente implementada e que as medidas são aplicadas de modo ineficiente.

Varalda aponta, por exemplo, a necessidade de a lei prever mais exigências para o menor de idade, além do estudo obrigatório e matrícula em curso profissionalizante para cumprir a medida de liberdade assistida.

— O estatuto é da época em que se falava de cola de sapateiro. Hoje, a nossa realidade é a do crack. Nas audiências as mães lamentam que os filhos não sejam obrigados por lei a ter um horário para chegar em casa quando cumprem a liberdade assistida, ficando, assim, expostos ao consumo de drogas em festas — relata.

Varalda diz que não há cursos profissionalizantes para todos os jovens que cumprem esse tipo de medida e muitas vezes eles não têm a escolaridade exigida para ingressar, por exemplo, em cursos do Sistema S.

Outro problema é o baixo número de servidores disponíveis para supervisionar os menores que cumprem a liberdade assistida, geralmente aplicada

## Projeto aprovado no Senado cria regime especial para coibir crimes violentos

Projeto de lei apresentado em junho e aprovado em julho no Senado cria um regime especial de atendimento socioeducativo dentro do ECA, a ser aplicado a menores que praticarem, mediante violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos. O PLS 333/2015, já enviado à Câmara dos Deputados, aumenta de três para dez anos o tempo máximo de internação.

Para o autor, senador José Serra, a proposta é um caminho opcional à redução da maioridade penal. O projeto determina que a internação será cumprida em estabelecimento específico ou em ala especial, assegurada a separação dos demais internos. Também serão separados os jovens que completarem 18 anos cumprindo esse regime. Serra quer garantir que os adolescentes internados tenham acesso ao

trabalho, além de receber escolarização e profissionalização, já previstas no ECA.

Pelo texto, a reavaliação periódica para manutenção da internação ganha critérios, como a participação do adolescente em atividades educacionais, pedagógicas ou, se possível, técnico-profissionalizantes.

O senador propõe ainda incluir nova circunstância agravante no Código Penal para punir com maior rigor o adulto que utiliza adolescentes para a prática de crime e dobrar a pena para quem envolver criança ou adolescente em associação criminosa.

Em debate ocorrido em junho na CPI do Assassinato de Jovens, a presidente do colegiado, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), questionou o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz sobre os impactos do encarceramento de menores



Proposta de Serra aumenta período máximo de internação de três para dez anos

de 18 anos sobre os índices de criminalidade.

Autor do estudo *Mapa da Violência 2015 — Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil*, Jacobo avaliou que a redução da maioridade penal deve provocar aumento na incidência de crimes. Ele avalia que influirá na questão o diferencial de reincidência que existe entre os dois sistemas corretivos.

— O encarceramento não

é solução de coisa alguma, e sim um problema que temos que enfrentar para solucionar alguns outros problemas. Enquanto o sistema juvenil tem reincidência de 30%, o adulto apresenta cerca de 70% de reincidentes no crime. Esses 40% [de diferença entre um sistema e outro] vão resultar em que, no retorno à sociedade, a criminalidade e a violência aumentem — argumentou.

O estudioso destacou ainda que, de acordo com o *Mapa da Violência*, o homicídio foi a causa da morte de 46% dos jovens de 16 e 17 anos em 2013.

Em contrapartida, dados de 2014 da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) indicam que jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por 0,9% dos crimes no país. E quando se trata de homicídios e tentativas de homicídio, o percentual fica em 0,5%.

Também contrário à redução da maioridade penal, o presidente do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia, André Augusto Bezerra, faz restrições inclusive ao PLS 333. Ele critica, por exemplo, a internação por um período de até dez anos.

— Ignora-se o princípio da brevidade e da finalidade educativa que o ECA impõe à internação — diz.

## Para diretor de unidade no DF, novo modelo trouxe avanços

No Distrito Federal, o sistema socioeducativo funciona de forma descentralizada em sete unidades de internação, sendo uma de atendimento inicial, onde o jovem fica por no máximo 24 horas, e uma de internação provisória, com permanência máxima de 45 dias. Uma outra unidade deve ser inaugurada no fim deste ano. A grande vantagem do novo modelo, que substituiu o antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) e obedece à regulamentação feita pela lei 12.594/2012, é a separação dos adolescentes internados por faixa etária, sexo e tipo de infração.

Diretor da maior unidade, a do Recanto das Emas, Maurício Leitão conta que cumprem medida socioeducativa no local 219 jovens acima de 18 anos. Ele avalia a lei que instituiu o Sinase como um marco para o setor, que carecia de uma legislação para regulamentar e inovar o ECA. Ainda que algumas ações

já fossem realidade na prática, o diretor afirma que ocorreu uma ampla discussão entre os atores do sistema.

— Foi uma evolução. Hoje estamos finalizando a elaboração do plano decenal para apresentá-lo já no próximo mês. Isso é importante para uma maior divulgação junto à população, que não conhece as medidas socioeducativas, e para trazer a comunidade para dentro do sistema — ressalta.

Leitão relata que a unidade de internação conta com 38 professores que se dividem em oito salas de no máximo 15 alunos para séries do ensino fundamental e médio, além de uma turma de alfabetização.

Na quarta-feira da semana passada, a unidade foi a quinta a receber um espaço de leitura com 2,5 mil livros dos 17 mil arrecadados por uma campanha feita pela Secretaria da Criança do Distrito Federal, Rede Cascol de Combustíveis e Vara da

Infância e Juventude do Tribunal de Justiça. No turno em que não estão estudando, os jovens têm à disposição oficinas ocupacionais de serigrafia, mecânica, marcenaria e estofamento, sendo esta última aberta a receber materiais da comunidade para que o trabalho seja executado pelos internos.

## Acompanhamento

Nas unidades de internação, Varalda também elenca pontos negativos, como sistema de ensino fraco, problemas para reunir alunos de diferentes escolaridades, unidades lotadas e a dificuldade para separar jovens envolvidos em brigas de gangues e crimes de estupro, além de garantir a integridade de cada um. São três a cinco menores por alojamento, mas a vigilância precisa ser constante para evitar desentendimentos que podem gerar até mortes, explica o promotor, ao dizer que a determinação de 90 internados nem sempre é cumprida.

Outra cobrança dele é quanto ao acompanhamento do menor que saiu do sistema socioedu-



Ações previstas no ECA são aplicadas de maneira ineficiente, avalia Renato Varalda

cativo para que se integre novamente à sociedade, uma medida prevista no ECA, mas ainda não executada. O que o estatuto não traz é o prazo determinado de internação para cada infração e isso tem um aspecto positivo e outro negativo, na avaliação de Varalda. Ao mesmo tempo em que o adolescente é avaliado a cada seis meses por uma equipe especializada, com assistente social, psicólogo e pedagogo, e tem a possibilidade de mostrar melhora, há um contraste no cumprimento da medida conforme a gravidade da infração.

— O jovem que comete homicídio geralmente não apresenta agressividade quando internado e tem avaliações positivas, conseguindo ficar pouco tempo na unidade. Enquanto isso, aquele outro que praticou roubo ou crime de tráfico de drogas não consegue aceitar que passará mais tempo internado por um crime menos grave — diz.

Integrante do Fórum Nacional de Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (Proinfância), Renato Varalda entregou em 11 de agosto aos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Hélio José (PSD-DF) um anteprojeto de lei elaborado por ele e outros seis promotores de diferentes estados para determinar que a internação em caso de crime grave seja de um ano e meio a oito anos. Numa progressão que depende da idade do adolescente, a proposta prevê escalonamento dos 12 aos 17 anos. A entidade considera um retrocesso a tentativa de redução da maioridade penal.

Video com Renato Varalda: <http://bit.ly/medidasECA>

## Medidas

O que determina o ECA em caso de infrações

■ **Advertência**  
Reprensão verbal, feita por um juiz ou autoridade legal, que é transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.

■ **Obrigação de reparar o dano**  
Para casos de danos patrimoniais, o adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo à vítima de alguma outra forma.

■ **Prestação de serviços à comunidade**  
O adolescente realiza tarefas gratuitas em entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares; a jornada não deve exceder oito horas semanais; o período máximo dessa medida é de seis meses; ela não pode prejudicar a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.

■ **Liberdade assistida**  
Um orientador voluntário acompanha o jovem, com o apoio de autoridade competente; caso necessário, o adolescente é inserido em programas de auxílio e assistência social; também é acompanhada a frequência escolar e, em caso de maiores de 16 anos, há encaminhamento para cursos profissionalizantes.

■ **Semiliberdade**  
O adolescente deve permanecer ou seguir determinada rotina em instituições especializadas; pode realizar atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes.

■ **Internação em estabelecimento socioeducativo**  
Medida privativa de liberdade; o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas; a internação não pode exceder três anos e só deve ser aplicada em último caso — quando houver grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves ou pelo descumprimento de outra medida socioeducativa.

## Saiba mais

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal [www.crianca.df.gov.br](http://www.crianca.df.gov.br)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) <http://bit.ly/ConandaSDH>

Lei 12.594/2012 — Sinase <http://bit.ly/L12594>

Lei 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) <http://bit.ly/L8069>

Promotora de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude <http://bit.ly/PromotoriaInfancia>

Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Vara da Infância e Juventude <http://bit.ly/TJDFTinancia>

Mapa da Violência [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)

E-book *Salvar o Eca* — Instituto Paulo Freire <http://bit.ly/SalvarECA>

Andi Comunicação e Direitos [www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Leitão destaca necessidade de mais divulgação sobre as medidas socioeducativas

# Comissão do Senado sabatina Janot amanhã

Expectativa é que procurador-geral seja alvo de muitas perguntas. Em caso de aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, Renan quer votação imediata no Plenário

AMANHÃ, A PARTIR das 10h, a atenção dos senadores estará voltada para a sabatina do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O encontro promete ser longo e com muitos questionamentos ao sabatinado, o que pode estender a reunião até a noite.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou parecer favorável à recondução, mas Fernando Collor (PTB-AL) ofereceu um relatório adicional no qual acusa Janot de seletividade e inércia, abuso de poder e indução, autopromoção, desperdício de dinheiro público e improbidade administrativa.

— É possível que ela seja longa em função do momento nervoso que nós estamos vivendo, de complexidade ímpar, e como a participação é relevante, é natural que a sabatina se estenda e nós teremos certamente um bom momento do Senado. O procurador tem preparo, tem experiência para responder todas as questões e nós temos o dever de fazer

as “questões mais relevantes para o país” — disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

## Celeridade

Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que pretende colocar a recondução do procurador-geral em votação no Plenário já amanhã. A indicação presidencial tramita como MSF 59/2015.

— Há um esforço, que eu novamente asseguro, de votarmos em Plenário a indicação do nome no mesmo dia em que ele for sabatinado. As coisas estão caminhando normalmente, dentro do que se esperava — garantiu Renan.

Durante a sabatina, o procurador-geral responderá a questionamentos dos membros da CCJ sobre suas funções. Logo após, na mesma sessão, o relatório deve ser votado pela comissão e, depois, encaminhado ao Plenário. São necessários 41 votos para a aprovação definitiva da recondução de Janot. Para o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), a



Rodrigo Janot pode ser reconduzido à Procuradoria-Geral da República. Renan Calheiros quer acelerar votação em Plenário

recondução de Janot deve ser confirmada.

— Sabemos do quanto que é importante essa indicação do procurador-geral da República. A presidenta Dilma foi rápida, escolheu o primeiro da lista e enviou rapidamente para cá e o Senado está cumprindo o seu papel de também rapidamente sabatar o doutor Rodrigo Janot. Eu acho que ele conta

com a simpatia grande aqui na Casa. Ele tem o respeito de muitos líderes da Casa e eu vejo que não devemos ter problema nessa apreciação da recondução.

## Denúncia

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra Fernando Collor

e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Há suspeitas de que ambos participaram de irregularidades investigadas pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. O STF aguarda a defesa dos parlamentares para decidir se acata ou não as denúncias.

Collor vem ocupando a tribuna do Plenário por diversas vezes para apresentar críticas e denúncias contra Janot. Em maio, o parlamentar chegou a pedir o impeachment do procurador, por crime de responsabilidade. O senador argumenta que Janot teria agido sem critérios na abertura de processos contra investigados da Operação Lava-Jato, selecionando “como bem entende” os que responderão a ação penal e “permanecendo inerte” diante de acusações contra outros suspeitos.

Collor já acusou Janot de firmar contratos irregulares, fazer nomeação ilegal de funcionário e determinar o arrombamento do apartamento funcional e da residência particular do senador em operação comandada pela Polícia Federal e pelo MPF. Para o senador, Janot transforma propositalmente a Operação Lava-Jato em um “festim midiático” e usa as acusações para autopromoção.

## Collor chama procurador-geral de fascista e diz que não foi ouvido na investigação

Fernando Collor (PTB-AL) chamou Rodrigo Janot de “fascista”. Em discurso, o senador qualificou de arbitrariedade a decisão do procurador-geral da República de entrar com denúncia contra ele no Supremo Tribunal Federal sem que antes tenha sido ouvido. Collor o acusou de abuso de

poder, por ordenar uma ação de busca e apreensão em seu apartamento funcional, que pertence ao Senado.

— Por que não quiseram me ouvir? Por que não me deram a chance de explicações ainda no decorrer e nos autos das investigações? Como podem oferecer denúncia contra

alguém sem ao menos ouvi-lo? Essa prática está dentro dos preceitos legais básicos do direito? Dos consagrados fundamentos da Justiça? Onde foi parar o direito de ampla defesa? O contraditório? E a presunção de inocência?

O senador lembrou que apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania informações que não constavam do processo de indicação de Janot — denúncias de improbidade administrativa, abuso de poder e indução, autopromoção e desperdício de dinheiro público, além de duas ações contra Janot no Tribunal de Contas da União sobre a contratação sem licitação de uma empresa de publicidade e o aluguel milionário de uma mansão em Brasília.

— É esse tipo, sujeitinho à toa, de procurador-geral da República que queremos

entregar à sociedade brasileira? Possui ele a estabilidade emocional, a sobriedade que sempre lhe falta nas vespertinas reuniões que realiza na procuradoria? Possui ele o perfil democrático e, mais do que isso, está ele dotado da conduta moral que se exige para um cargo como esses? Não me parece ser esse o caso.

O senador Fernando Collor ainda classificou Janot de “figura tosca”:

— Estamos diante de um sujeito resacado, sem eira nem beira, que se intitula senhor do barão e do cutelo. E que acha que tudo pode e tudo faz ao seu bel-prazer, desconectando as instituições e esterilizando os Poderes da República que garantem a nossa democracia. É um fascista da pior extração.

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), prestou solidariedade a Collor.



Collor critica: “É esse tipo, sujeitinho à toa, de procurador que queremos?”

Waldemir Brito/Agência Senado

Sabatina ao vivo (amanhã às 10h): <http://bit.ly/TVSenadoYoutube>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Especialistas que participaram ontem de audiência da CPI do Assassinato de Jovens e mães de vítimas criticaram a falta de investigação e a consequente impunidade de policiais que cometem homicídios



Senador Telmário Mota coordena audiência da CPI com Vera Lúcia, Terezinha, Débora, Renata Neder e Renata Giannini

## Crimes da polícia tendem a ficar impunes, aponta debate

ESPECIALISTAS CONVINDOS PARA a reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens protestaram contra a não investigação — e, como consequência, a impunidade — dos casos de homicídios cometidos pela polícia no Brasil.

A assessora de direitos humanos da Anistia Internacional Renata Neder citou relatos feitos em pesquisa da instituição sobre violência policial na Favela de Acari, no Rio de Janeiro, que indicam execuções extrajudiciais feitas pela polícia mesmo em casos em que a vítima já estava rendida e não representava ameaça.

Renata revelou que, nos últimos cinco anos, policiais em serviço foram responsáveis por cerca de 16% de todos os homicídios no Brasil. Ela lamentou a quantidade de investigações em aberto e o quadro chocante de impunidade nesses crimes.

— Essa impunidade, além de ser uma segunda forma de violência contra as famílias, é também uma carta branca, alimenta o ciclo de violência e

da letalidade policial — disse.

A assessora citou dados do relatório *Você Matou Meu Filho — homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*, que mostra que o número de mortes em confrontos com policiais no Rio passou de 416, em 2013, para 580 em 2014, aumento de 39%. Para ela, uma política pública de prevenção de homicídios não pode deixar de fora a questão dos crimes praticados pela polícia.

### Mães de Maio

Débora Maria da Silva, Vera Lúcia Gonzaga dos Santos e Terezinha Maria de Jesus, do Movimento Mães de Maio, contaram a história do assassinato dos filhos por policiais. As execuções foram covardes e sem motivo, relataram.

Terezinha, mãe de Eduardo, morto aos 10 anos por tiro de fuzil na porta de casa durante operação policial no Complexo do Alemão, no Rio, lamentou a existência de policiais mal treinados “que entram na favela para matar inocentes”.

Vera Lúcia lembrou que a filha Ana Paula, que estava grávida, foi uma das vítimas da onda de violência que atingiu São Paulo em 2006, após uma série de atentados patrocinada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Vera disse que a investigação foi arquivada e lamentou o descaso do Estado.

Após ter enterrado o filho Edson, em 2006, Débora considera fundamental a luta para evitar que outros jovens sejam vitimados pela polícia. Ela lembrou que, quando um crime é cometido por policiais, eles costumam distorcer as provas. Renata Neder acrescentou que a ameaça e a intimidação às testemunhas são fatores que dificultam a investigação.

A pesquisadora do Instituto Igarapé Renata Giannini disse que o Brasil é o país campeão em homicídios e pediu investimento nas polícias e na Justiça para que a violência e a impunidade sejam diminuídas.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou as mulheres pela coragem de exporem sua dor e indignação à comissão.

## Mais Mulheres na Política é lançada em São Luís

Senadoras e deputadas foram recebidas ontem no Maranhão pelo governador Flávio Dino (PCdoB) e cerca de 400 lideranças regionais, em ato organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara com o apoio dos gabinetes da senadora Regina Sousa (PT-PI) e dos deputados estadual Fernando Furtado (PCdoB) e federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher do Senado, falou sobre o esforço das parlamentares em favor da PEC 98/2015, que reserva vagas nos Legislativos para cada gênero e está na



Vanessa Grazziotin (4ª à dir.) disse confiar na aprovação de reserva de vagas

pauta do Plenário do Senado para possível votação hoje.

— Estamos confiantes na aprovação em primeiro turno e consideramos a campanha vitoriosa por ter percorrido o Brasil desde março — disse.

“Mais Mulheres na Política

— a reforma que o Brasil precisa” já foi lançada nas capitais São Paulo, Manaus, Boa Vista, Porto Alegre, Cuiabá, Aracaju, Teresina e nas cidades de Manacapuru (AM) e Parintins (AM). Chegará a Goiânia no dia 10 de setembro.

## Para proteger aviação, comissão quer pena mais dura para baloeiro

A adoção de punições mais severas a quem soltar balões foi defendida ontem na comissão de especialistas encarregada de reformar o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Segundo os participantes da reunião, a legislação atual é falha por não associar a prática de soltar balões ao risco de provocar acidentes aéreos. Hoje, ressaltaram, prepondera o viés ambiental na proibição da atividade, com a adoção de penas simbólicas.

Os integrantes da comissão defenderam o aumento da pena aplicada aos baloeiros. A Consultoria Legislativa do Senado deverá ser requisitada pela comissão a identificar as propostas que tramitam no Congresso, para avaliar a conveniência de incorporação do tipo penal ao CBA.

Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, o comandante Adriano Castanho disse que a criminalização da prática deveria estar prevista no Código Penal. Ele explicou que os balões provocam um “impacto catastrófico” no mecanismo dos aviões, gerando a obstrução dos tubos de Pitot, que fornecem dados externos aos instrumentos de controle de aeronave, que pode ficar sem informações sobre altura e velocidade.

Castanho observou que a soltura de balões é comum no Brasil — dependendo da região, há o registro de 17 balões por dia. Eles podem atingir a velocidade de 300 quilômetros por hora, o que aumenta o risco de colisão com as aeronaves.

— Temos incidentes. Há grupos organizados na soltura de balões, há grupos que têm ameaçado [quem é contra a prática], atentando contra a segurança de voo. Há balões sustentados por energia solar, mas que podem causar incêndio se caírem em cima de rede elétrica ou [provocar] colisões — afirmou.

Castanho também criticou a condescendência com a prática, ao citar 14 leis municipais aprovadas nos últimos

dois anos que regulamentam a soltura de balões no Rio, em São Paulo e no Paraná.

— É preciso, de alguma forma, ter subsídio para contestar e tornar essas leis irregulares e inconstitucionais.

O consultor em aviação civil e doutor em engenharia de transportes Respício Antonio do Espírito Santo Junior defendeu a desmilitarização gradativa da aviação civil no Brasil — outro tema tratado na reunião — a partir da criação de uma agência de segurança de transporte para cuidar do setor.

— A aviação civil tem que ser tratada por civis. Precisamos de um órgão específico. Que nós possamos ter referências de países continentais, como EUA e Austrália. A Aeronáutica passaria gradativamente para o setor civil o controle do tráfego aéreo e a investigação de acidentes.

### Drones

A comissão sugeriu alteração no aprimoramento da formação profissional do pessoal que opera aeronaves de órgãos públicos, como Funai, polícia militar, Polícia Federal, Ibama e Samu. Como na época da elaboração do CBA não existia aviação civil de defesa social, o requisito para a formação dos pilotos do setor era o mesmo dos pilotos formados por aeroclubes.

A comissão apontou a necessidade de regulamentar os veículos aéreos não tripulados, conhecidos como drones, visto que o uso crescente desses equipamentos vem merecendo a atenção das autoridades de vários países.

Para os especialistas, as regras aplicadas à aviação tripulada devem, sempre que possível, ser aplicadas à aviação não tripulada. Para o drone ser visto como aeronave, o aparelho terá que provar que pode manter-se em nível de navegação para se integrar ao espaço aéreo. Enquanto isso não ocorrer, a prática poderá ficar restrita a locais específicos, a exemplo do que se vê no aeromodelismo.



O presidente da comissão, Georges Ferreira, e o vice, Doriêdo dos Prazeres

# Racismo é nova forma de escravidão, diz Nobel

Nigeriano Wole Soyinka, vencedor em 1986 do Prêmio Nobel de Literatura, afirmou em audiência que preconceito racial persiste, escondido “sob a máscara da religiosidade”

APESAR DE RECONHECEREM os avanços da luta pela igualdade racial no país, os participantes de audiência organizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) denunciaram casos que revelam a permanência do racismo. Eles citaram o número de jovens negros vitimados pela violência, burlas ao sistema de cotas raciais e atentados contra seguidores de religiões afro-brasileiras. A sessão foi feita para homenagear o ativista Abdias Nascimento (1914-2011).

O escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura em 1986, afirmou que “as forças da intolerância, do preconceito e da discriminação” estão vivas e são o oposto a tudo aquilo por que Abdias lutou. Soyinka comparou essas forças a uma nova forma de escravidão, que a seu ver esconde-se “sob a máscara da religiosidade, da certeza moral e do moralismo religioso” para aniquilar crenças diferentes.

— É incrível que no início deste novo milênio tenhamos esse movimento na direção da reescravização não apenas de um povo específico, mas de toda a humanidade. Vocês conhecem alguns desses nomes do obscurantismo, alguns deles chamados de Isis [Estado Islâmico], Al Shabaab e, na Nigéria, o Boko Haram, aqueles que sequestraram mais de um ano atrás 270 alunos e alunas na escola, e tenho vergonha de dizer que ainda não sabemos onde estão essas crianças.

## Luta renovada

Abdias foi economista, jornalista, poeta e dramaturgo. Entre 1997 e 1999, foi senador, pelo PDT do Rio de Janeiro.

A homenagem foi feita a pedido do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, o evento serviu para “renovar a luta” de Abdias, que buscou “soluções para a desigualdade social que sempre pesou contra o povo negro”.

Viúva de Abdias, Elisa Larkin Nascimento disse que o ge-



O senador Paulo Paim (C) conduz a audiência pública, que contou com a presença do Nobel de Literatura Wole Soyinka (E)

nocídio da juventude negra e a intolerância religiosa são os problemas mais aflitivos.

— A melhor maneira que temos de lembrar Abdias é trazendo essas questões ao debate — disse ela, que é diretora-presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), que fundou com Abdias.

Ivanir dos Santos, da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, observou que os casos de vandalismo e ataque aos centros de umbanda e candomblé pelo país inteiro

estão crescendo e precisam ser enfrentados. Ela sugeriu uma audiência conjunta das CDHs da Câmara e do Senado. A sugestão foi aceita por Paim e pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), presente ao debate.

## Conspiração

Ao tratar da política de cotas, frei David Santos, diretor-executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), denunciou que essa ação afirmativa está sendo “corroída”. O motivo seria a apropriação de vagas

por pessoas que, “mesmo sem traços fenotípicos evidentes”, alegam descendência africana para conquistar mais facilmente as vagas. O frade citou o caso recente de uma pessoa loira e de olhos azuis que se inscreveu por meio das cotas e passou no concurso do Itamaraty.

Frei David chegou a identificar uma “forte conspiração” contra a comunidade negra gerada pelo direito administrativo e pela inação dos gestores públicos contra os que se autodeclaram negros apenas para assumir vagas

que não poderiam disputar. Ele observou que, ao atestar a constitucionalidade das cotas, o Supremo Tribunal Federal (STF) corroborou a autodeclaração, mas também as comissões criadas para averiguar a veracidade da informação do candidato.

— As cotas não estão aqui porque você tem genotipia. Elas foram lutadas e trabalhadas para quem tem fenotipia. Esse conflito precisa ser trabalhado nos governos federal, estaduais e municipais.

O advogado Humberto Adami, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), disse que a falta de ação dos gestores para inibir a burla às cotas mostra um “racismo institucional”. Segundo ele, mesmo quando as políticas públicas existem, não alcançam efetividade porque há “sabotagem”.

— É preciso identificar os agentes do Estado que estão boicotando as políticas de ações afirmativas, levar ao Judiciário e, não sendo suficiente, à OEA [Organização dos Estados Americanos].

## Participantes citam contribuições de Abdias para o avanço da justiça racial

Para o diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Alexandre Ghisleni, “o Estado brasileiro deixou a retórica e partiu para a ação: não encobre o racismo e busca promover a verdadeira inclusão”.

— Quem quer que assuma o poder terá que dar prosseguimento. Temos um histórico de políticas públicas, medidas afirmativas e um histórico legislativo, como o Estatuto da Igualdade Racial — citou.

Ghisleni citou ainda avanços na política externa, como a criação de um grupo de trabalho afrodescendente no âmbito do Mercosul e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a criação da Década

de Ação dos Afrodescendentes Latino-Americanos e Caribenhos nas Nações Unidas e a atualização de padrões internacionais no combate ao racismo e à xenofobia.

Giovanni Harvey, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mencionou a “janela de oportunidades entre 2015 e 2022” vivida pelo movimento negro e pela secretaria como um “momento histórico para corrigir distorções do bônus demográfico brasileiro”. Entre as principais ações governamentais, citou, estão as que buscam reduzir as mortes de jovens negros.

Cida Abreu, que preside a Fundação Cultural Palmares, destacou a criação da entidade, com o apoio de Abdias, e sua importância na formula-

ção de políticas que passaram a ser implantadas.

Mário Theodoro, coordenador da iniciativa legislativa popular pela criação do Fundo da Igualdade Racial, citou Abdias como o mais importante ativista negro do país, inspirador das novas gerações. Sobre o fundo, disse considerá-lo fundamental para potencializar as políticas de igualdade e de compensação aos descendentes de escravos, inclusive a garantia de terras quilombolas.

A secretária da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Distrito Federal, Marise Nogueira, reconheceu a importância de Abdias para as conquistas em favor da população negra.

Para Anani Dzidzienyo,

professor da Brown University, Abdias foi ainda o primeiro e mais importante brasileiro a dar ênfase ao país, no contexto internacional, falando sobre as relações raciais.

— Ele abriu as portas pelas quais hoje muitos, como o senador Paulo Paim, caminham — frisou.

José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, lembrou-se da luta para a criação da instituição. Segundo ele, Abdias ofertava o gabinete que tinha no Senado como plataforma, emitindo cartas para que os órgãos públicos os recebessem e debatessem a proposta de um espaço de ensino superior para resgatar a história e construir uma nova massa de intelectualidade negra.

## CPI do Futebol ouve jornalistas da ESPN Brasil e do UOL amanhã

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol faz audiência pública hoje, às 13h45, para ouvir os jornalistas Lúcio de Castro, da ESPN, e Rodrigo Mattos, do UOL.

Em depoimentos já prestados à CPI, os jornalistas Juca Kfoury, José Cruz e Jamil Chade sugeriram a quebra de sigilos bancário e telefônico para que os trabalhos de investigação avancem e permitam chegar

a irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e na realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

Instalada em junho, a CPI do Futebol é presidida por Romário (PSB-RJ) e tem Romero Jucá (PMDB-RR) como relator.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Audiência avalia formação em ciência e tecnologia

Audiência pública hoje, às 9h, vai debater a formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras, do governo federal. A iniciativa é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Ciência sem Fronteiras busca formar e qualificar estudantes em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros

de pesquisa estrangeiros de excelência. Procura também atrair ao Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros altamente qualificados, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

No requerimento da audiência, Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou que o programa é crucial para o sucesso da política pública de capacitação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação. “Merece grande destaque a

iniciativa do Senado de poder, na sua função fiscalizadora, debruçar-se sobre esse tema, inclusive auxiliando o governo no sentido de aprimorá-lo e sanear-lo”, justifica o senador.

Foram convidados representantes de universidades federais e estaduais e da organização não governamental Rede CsF, além de ex-bolsistas do programa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela